União de sindicatos e empresas

por Maria Cristina Fernandes
de Brasília

Tema dos mais específicos das propostas hoje em tramitação na reforma constitucional, a navegação de cabotagem promete pouca polêmica ao ter sua comissão instalada no final de fevereiro. Hoje é essa comissão que abriga o mais peculiar lobby da reforma — o que reúne trabalhadores e empresários na defesa da reserva de mercado para o setor.

No depoimento que prestou durante a audiência pública realizada na terça-feira da última semana pela comissão que analisa a proposta do governo para a navegação de cabotagem, o presidente da Transroll Na-

vegação, do Rio de Janeiro, deu um exemplo de como os interesses dos lobbies empresarial e sindical podem ter suas arestas aparadas.

“Venho em nome de um setor que emprega o sofrido povo brasileiro. A indústria naval é um pólo empregador de trabalhadores de baixa qualificação que tem poucas oportunidades no mercado de trabalho”, disse, apelativo, Washington Barbeito, presidente da Transroll Navegação.

Até o final da semana passada, foram computados catorze depoimentos na comissão que analisa a navegação de cabotagem. Destes, apenas cinco defenderam posições nitidamente pró-governo — o ministro

da Marinha; Mauro César Rodrigues Pereira; os representantes da Confederação Nacional da Indústria, Luis Eulálio de Bueno Vidigal e Wagner Cardoso; o presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho; e o ministro dos Transportes, Odacir Klein.

Aliados aos estaleiros estão os sindicatos dos petroleiros (77% da navegação de cabotagem transporta petróleo), estivadores e marítimos. A CNI e a indústria de turismo, que encontram obstáculos à implantação de hotéis flutuantes na atual legislação, são os principais setores empresariais que se opõem ao lobby dos estaleiros, contra a quebra da reserva de mercado no setor.